



O uso de fontes na editoria de polícia no jornalismo on line no Amapá: estudo dos sites G1 Amapá e SelesNafes.com¹

Abinoan SANTIAGO dos Santos²
Antônio SARDINHA³
Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP

Resumo

Este trabalho dedica-se a estudar como as fontes jornalísticas são usadas pelos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com nas matérias da editoria de polícia no mês de abril de 2015. A análise mostra o amplo domínio do uso das fontes oficiais pelos veículos de comunicação, deixando em evidência apenas um lado da versão sobre determinado fato. O estudo também aponta quais os desafios da cobertura policial no jornalismo local.

Palavras-chave: Internet; jornalismo; SelesNafes.Com; fontes jornalísticas; G1 Amapá.

Introdução

Uma das características da estrutura da notícia é o uso de fontes jornalísticas, segundo Lage (2002). Elas podem ser classificadas de diferentes formas e são comuns na construção de um texto informativo, com sua utilização na forma direta ou indireta.

As fontes, no entanto, não eram usadas no passado de maneira semelhante da atual. Charron e Bonville (2004) dizem que uma das gerações do jornalismo adaptadas às demandas sociais foi o “jornalismo de transmissão”, surgido no século XVII e que tinha como função repassar a informação das fontes diretamente ao público, sem alterações de conteúdo. Ou seja, consistiam nas chamadas gazetas feitas em impressoras com “objetivo de difundir correspondências, anúncios e informações em geral” (Sousa, 2014, p. 3).

Somente com o surgimento da figura do repórter, por volta de 1870, passou-se a utilizar as fontes como fornecedora de informações, deixando o jornalista à margem da opinião nos textos considerados informativos, segundo Chalaby (2003). Ele acrescenta que a criação do posto de repórter ocorreu a partir da característica funcional de ir atrás da notícia, considerando fatos de relevância social.

¹ Trabalho apresentado no IJ 5 – Rádio, TV e Internet do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

² Graduando do 8º semestre do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amapá, email: abinoan.santiago@hotmail.com.

³ Professor mestre do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amapá, email: sardinhajor@yahoo.com.br.



Como passar do tempo o jornalismo sofreu mudanças, no entanto, as fontes permaneceram como as principais formas de conseguir informações a serem repassadas aos receptores das notícias. Para Wolf (1999), as fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa. Shmitz (2011), no entanto, frisa que é fundamental diferenciar as fontes de informação das fontes de notícia “no sentido de que qualquer informação está disponível a alguém. Já a fonte de notícia necessita de um meio de transmissão, de um mediador, que faça circular o seu conhecimento ou saber”. (Shmitz, 2011, p. 9).

Com base na importância da fonte para produção de um conteúdo, este trabalho propõe analisar quais os tipos de fontes predominantes utilizadas nas matérias da editoria policial dos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com. O estudo analisou de maneira qualitativa e quantitativa os textos produzidos no período de 1º a 10 de abril de 2015, com a proposta de identificar o perfil e presença das fontes na cobertura policial.

Os dois veículos foram escolhidos por terem as maiores audiências de sites de notícias no estado amapaense. A soma de acessos de ambos chega a quase dois milhões de usuários mensais. Além disso, os portais têm entre as editorias, a cobertura policial de maneira diária, com publicação de textos noticiosos sobre fatos envolvendo casos de polícia. Para fins de análise, foram colhidas notas e notícias em ambos os portais.

Podemos justificar a escolha da editoria de polícia para estudo nos referidos sites pelo fato de as reportagens despertarem o interesse público, curiosidade e por atenderem a conceitos de noticiabilidade, conforme critérios estabelecidos na década de 1960 pelos pesquisadores noruegueses Galtung e Ruge, que apontaram dez princípios para tornarem os fatos em notícias, entre eles “o tempo do acontecimento, a amplitude, clareza, significância, imprevisibilidade, continuidade, relação com elites, personalização e negatividade”. (Galtung e Ruge apud PONTE, 2005, p.194-215).

A editoria de polícia também está dentro dos critérios de noticiabilidade estipuladas por Traquina (2005), a exemplo da “proximidade”, caracterizada pela ocorrência do acontecimento em termos geográficos próximos; da “morte”, que segundo Traquina, desperta interesse fundamental para o fazer jornalístico; da “novidade”, que para o autor é o relato de um acontecimento novo do dia-dia da comunidade, provocando a curiosidade; do critério do “tempo”, que proporciona o desdobramento em outras publicações, com o acompanhamento do caso; do “inesperado”, fundamentado pelo fato sem previsibilidade ter mais chances de se tornarem notícias; e do “conflito ou controvérsia”, que torna a violência física como



determinado fato uma notícia por proporcionar mais visibilidade ao acontecimento, fugindo da normalidade.

Metodologia

A pesquisa colheu informações sobre as fontes das matérias da editoria de polícia produzidas nos dez primeiros dias de abril no G1 Amapá e SelesNafes.Com. O período foi escolhido de forma aleatória por se tratar de um estudo de caráter exploratório a fim de analisar como é o uso das fontes nos conteúdos publicados.

Foram observados os diversos tipos de fontes usadas no G1 Amapá e SelesNafes.Com, e a relação entre elas pela busca do contraditório, a pluralidade dos pontos de vistas observados com as fontes nos referidos fatos noticiados nos sites, levando em consideração que “a melhor forma de atrair o público para as notícias é oferecer-lhe um relato equilibrado das questões” (Comassetto, 2003, p. 43).

A análise do objeto de estudo se deu pelas fontes citadas nos textos publicados nos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com. Com base nas informações coletadas em ambos os portais, um quadro demonstrativo foi montado para ilustrar quais são as fontes mais comuns nas matérias de polícia. A proposta foi demonstrar a predominância e principal referência utilizadas pelos sites, bem como observar como a natureza e diversidade de fontes interferem na abrangência e pluralidade na abordagem do fato.

Fontes

Hernert Gans (apud Shmitz, 2011) diz que as fontes são pessoas nas quais os jornalistas observam ou entrevistam. Ele frisa que elas ainda fornecem informações que podem gerar pauta. Lage (2002) corrobora com o autor ao afirmar que o jornalista não é a fonte da notícia produzida, mas sim, um profissional que apura as informações a fim de resultar em um texto a ser apreciados pelos receptores da mensagem.

A mensagem é codificada e, através do canal, vai da fonte ao receptor. Ressalvamos o fato de que o sistema produtor de notícias não é, em sentido absoluto, uma fonte, mas um codificador inteligente, dotado de competência definida para intervir na mensagem, ao codificá-la; o receptor não é único, mas plural, indefinido e atuante. Fontes e receptor estão imersos no meio social. (LAGE, 2002, p. 25).

Com o advento das novas tecnologias digitais, o jornalista se viu cercado de diversas informações sobre vários assuntos, como acentua Silva (2013). Charaudeau (200) confirma a hipótese levando em consideração que as informações jornalísticas possuem fontes recheadas de pluralidades, isto é, podem ser classificadas de diversas formas. O uso delas serve para reforçar a veracidade dos fatos.



As fontes, como mencionadas anteriormente, também são consideradas essenciais para o jornalismo na medida em que as informações repassadas são de interesse público, fazendo com que o jornalista coloque em prática a teoria do *gatekeeper*, que em sua etimologia inglesa, significa *gate* = portão; *keeper* = guardião. Ou seja, é o profissional responsável pela filtragem da informação. Targino (2009), no entanto, frisa que a metodologia não deve ser confundida com censura. Além disso, as fontes são tipificadas por diversos autores.

As classificações possíveis são muito diversas, de acordo com o parâmetro a que se faz referência: por exemplo, podem distinguir-se as fontes institucionais das fontes oficiosas ou as estáveis por oposição às provisórias. (WOLF, 1999, p. 223).

Para Lage (2002), as fontes podem ser tipificadas por oficiais, oficiosas e independentes. Sendo que a primeira são aquelas que fornecem informações em nome do Estado, empresas, organizações e classes sindicais. As oficiosas são as que possuem relação formal com determinada instituição, no entanto, sem poder de representação. No caso das independentes, são fontes sem relação direta com o referido caso.

Pinto (apud Shmitz, 2011) divide as fontes da seguinte forma:

Natureza (pessoais ou documentais), origem (pública ou privada), duração (esporádicas ou permanentes), âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais), grau de envolvimento nos fatos (primárias ou secundárias), atitude face ao jornalista (ativa ou passiva), identificação (explicitadas ou confidenciais) e segundo a metodologia ou estratégia de atuação (proativas ou reativas). (PINTO apud SHMITZ, 2011. p. 2).

Gans (apud Wolf, 1999), por outro lado, classificou as fontes em institucionais, oficiais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. Segundo ele, todas têm sua característica e importância de acordo com a exigência de determinada situação.

Ainda sobre a tipificação de fontes, Shmitz (2011) diz que elas podem ser oficiais, empresariais, institucionais, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial.

Cabe ressaltar que apesar da nomenclatura diferente na tipificação das fontes, em todas as divisões existem as fontes oficiais, que segundo Shmitz (2011), é aquela que ocupa determinado cargo público que representa órgãos do Estado, sejam eles do legislativo, executivo ou judiciário, além de entidades com relação direta ou indireta com os poderes. A fonte oficial “é a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político” (SHMITZ, 2011, p. 25).

Predominância das fontes oficiais



A preferência das fontes oficiais na mídia é observada de forma qualitativa e quantitativa nos portais de notícias analisados. Mesmo com a variedade de fontes, conforme citadas anteriormente neste trabalho, o G1 Amapá e SelesNafes.Com optam pela versão da polícia em ampla maioria das notícias publicadas no período de análise, colocando em risco a credibilidade e veracidade dos fatos estampados nas páginas on lines dos portais.

Em uma cobertura policial, em que determinados fatos são considerados complexos na interpretação e propagação das informações colhidas pelos jornalistas por envolverem mais de um ator no fato, a visão policial sobre o caso, escolhida como fonte pelo jornalista, fica evidente pela facilidade das fontes oficiais no acesso aos meios de comunicação devido a autoridade que exercem na sociedade.

Os jornalistas preferem as fontes oficiais porque são mais fáceis de contactar e porque são consideradas tanto mais informadas como mais credíveis. Fishman (1980) concluiu que a dependência dos jornalistas das rotinas também influencia a sua análise das notícias. (TRAQUINA, 2005, p. 121).

A busca pela imprensa às fontes oficiais pode ocorrer de forma inversa, com a polícia fomentando a sua própria relação com os jornalistas. Coronel da Polícia Militar e presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Augusto Severo (apud Veiga, 2008), diz que a fonte oficial é dada pela opinião pública em relação a legitimidade de autoridade dada à polícia pela promoção resultante das informações propagadas pelos meios de comunicação. “Quem nos ajuda a formar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres, editores e policiais” (Severo apud Veiga, 2008, p. 11).

Antes de falar da amostra de fontes colhida nos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com, cabe frisar um breve histórico dos objetos de estudo.

O site G1 Amapá foi lançado em 7 de junho de 2013. Com uma equipe de 12 jornalistas, o portal possui em média 1,2 milhão de acessos mensais, segundo informações dadas pela sua coordenadora, Lorena Kubota⁴, durante entrevista concedida aos autores no dia 16 de abril de 2015. O veículo cobre notícias do cotidiano, política, meio ambiente, cultura, polícia, entre outras editorias locais, a exemplo do esporte, que possui hospedagem com endereço próprio: globoesporte.com/ap.

O portal faz parte do G1, lançado em 2006, e que atualmente têm filiais em mais de 40 cidades do país. O site em âmbito nacional e local também busca relação com o jornalismo da TV Globo (nacional) e Rede Amazônica (regional). As redações compartilham, ainda, o

⁴ Em entrevista concedida por email ao autor deste trabalho em 16 de abril de 2015.



acesso a um mesmo servidor que reúne informações como matérias, agenda de contatos, espelhos e pautas de jornais da emissora. A redação nacional do G1 fica em São Paulo, mas o site mantém sucursais no Rio de Janeiro e em Brasília, além de filiais nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal.

O site SelesNafes.Com foi fundado em dezembro de 2013, segundo o próprio responsável pelo portal, o jornalista Seles Nafes⁵, para ser inicialmente um blog, mas a produção feita pelo veículo resultou na modificação do perfil para um site de notícias cotidianas.

O SelesNafes.Com está atualmente com uma equipe de seis jornalistas e três articulistas, que escrevem artigos semanais para o site. O portal também conta na equipe com o suporte tecnológico de um web designer e uma empresa especializada. O site cobre política, polícia, cidades, cultura, comportamento e emprego, e tem 500 mil acessos mensais, de acordo com o anúncio na home.

Entre 1º a 10 de abril de 2015, o G1 Amapá e SelesNafes.Com utilizaram como maioria, as entrevistas oficiais como fontes de informações nas matérias da editoria de polícia. O índice do uso desse tipo de fonte chega a 72% nos sites. Foram produzidos 60 textos nesse período, sendo 38 no G1 Amapá e 22 no SelesNafes.Com.

O estudo analisou cada texto publicado e montou um quadro tentando identificar as fontes de polícia, familiares, suspeitos, vítimas testemunhas e advogados.

Quantitativamente, do total de 72 fontes usadas nas matérias de polícia, 52 eram oficiais, que neste caso, são a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica. O número correspondeu a 72.2%. As outras fontes usadas com mais frequência, no entanto, bem abaixo das oficiais, são os familiares e as vítimas, cada uma com oito inserções nos textos, representando 11.1%. As utilizações seguem com as testemunhas, com 5.6%, resultando em quatro participações. No período de análise, não foram identificados o uso como fontes os suspeitos e advogados. O quadro abaixo ilustra as informações.

Quantidade e tipos de fontes usadas no período de 1º a 10 de abril de 2015				
	G1	SelesNafes.Com	TOTAL	% fontes
Fontes				
Polícia	34	18	52	72.2%
Familiares	4	4	8	11.1%
Testemunhas	1	3	4	5.6%
Vítima	7	1	8	11.1%
Suspeito	0	0	0	0%
Advogados	0	0	0	0%

⁵ Na referida entrevista concedida por email ao autor deste trabalho em 17 de abril de 2015.



TOTAL	46	26	72
--------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: autores

A predominância das fontes policiais, que neste caso, é a oficial, aparecendo em 60 textos. Por causa da quantidade da produção do período do estudo, este trabalho destacou apenas algumas matérias que mostram como essas fontes são usadas pelos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com.

Na matéria publicada em 10 de abril pelo G1Amapá com o título “Empresa doméstica participou de assalto, diz polícia” mostra a importância dada à fonte oficial logo na chamada do texto. A matéria foi uma suíte de um assalto ocorrido na casa de um empresário em Macapá no dia anterior a publicação. O portal buscou o policial que acompanhou o fato para tentar buscar uma novidade do caso, conforme o trecho a seguir.

O tenente Wendel Gonçalves, do Batalhão de Operações Especiais (Bope), disse que o envolvimento da doméstica foi descoberto após a prisão dos suspeitos em um supermercado na Zona Norte onde ocorreu a troca de tiros. “Todos estavam com armas de fogo e entraram na casa após serem avisados por ela através de mensagens. Outras três pessoas estavam no imóvel, a filha do dono e mais dois homens de uma empresa de limpeza de central de ar. Eles foram amarrados e agredidos”, detalhou. (G1 AMAPÁ, 10/04/2015).

A matéria “Aposentado preso teria comprado menina de 10 anos por R\$ 6 mil, no AP”, o site G1 Amapá também usa a polícia como fonte principal no texto publicado em 10 de abril. Neste caso, o veículo utiliza a fonte na forma indireta para relatar o depoimento de um idoso suspeito de comprar uma criança de dez anos ao valor de R\$ 6 mil.

Segundo a polícia, o homem contou em depoimento que levaria a menina em troca de dinheiro para colocá-la para estudar e para que a menina lhe auxiliasse em trabalhos domésticos na comunidade ribeirinha paraense Exames da Polícia Técnico-Científica (Politec) do Amapá não apresentaram indícios de violência física ou sexual na garota. A negociação teria ocorrido há oito dias. Os pais da criança não foram localizados pela polícia. (G1 AMAPÁ, 10/04/2015).

O uso da polícia como fonte oficial resulta em repetições no mesmo parágrafo, como aconteceu no texto “Homem é preso com 700 gramas de maconha em Macapá”, publicado em 3 de abril, no G1 Amapá. A reportagem, que conta prisão de um suspeito de tráfico de drogas, é sustentada totalmente no discurso policial, a exemplo do parágrafo “Segundo a polícia, os PMs faziam patrulhamento de rotina na Avenida Caubi Sérgio Melo com Alameda José Viana, quando avistaram o suspeito, que tentou fugir, de acordo com a PM, quando viu a viatura” (G1 AMAPÁ, 03/04/2015).

A fonte oficial também é usada em textos em que podemos identificar o uso de outras, a exemplo da matéria “Vela acesa em quarto pode ter causado incêndio que destruiu casa”, publicada em 8 de abril. O G1 Amapá utiliza três fontes, o Corpo de Bombeiros, uma testemunha e a vítima.

O tenente coronel do Corpo de Bombeiros, Roberto Neri, conta que a família repassou as suspeitas aos bombeiros que foram ao local, ainda na terça-feira. Segundo ele, a família ainda não solicitou a realização da perícia na residência. (...) O morador Weverson Viana, de 41 anos, conta que as chamas iniciaram em um quarto que estava trancado. (...) A autônoma Elizângela Ramos, 40 anos, revela que os familiares tentaram salvar objetos pessoais e móveis que estavam na residência. Mas as chamas consumiram a maior parte dos bens da família. (G1 AMAPÁ, 08/04/2015).

Em uma das produções do G1 Amapá no período de análise, é possível identificar a predominância de outras fontes diante das oficiais em apenas um texto, na matéria “No AP, trio armado faz arrastão em faculdade e causa pânico em alunos”, publicada em 4 de abril. A utilização da palavra da polícia acontece somente no último parágrafo para informar da prisão dos suspeitos de assaltar uma faculdade no Centro de Macapá. O fato é relatado na reportagem somente com base no depoimento de uma testemunha, sem versão oficial.

De acordo com o acadêmico do 8º semestre de Letras, Reinaldo Santos, de 31 anos, por volta das 20h, quando acontecia o intervalo das aulas, os suspeitos invadiram a instituição. "Eles passaram na frente da faculdade e saíram levando celulares, bolsas e objetos pessoais dos alunos que estavam lá. Depois eles entraram pelo térreo e foram até o primeiro andar, gritando para que todo mundo se abaixasse. Foi uma ação rápida. Depois eles saíram correndo", explica. (...) De acordo com o Centro Integrado de Operações em Defesa Social (Ciodes), três suspeitos foram presos momentos depois do assalto na faculdade. (G1 AMAPÁ, 04/04/2015).

No caso do site SelesNafes.Com, a tendência do uso das fontes oficiais é semelhante ao do G1 Amapá, com predominância delas nos textos produzidos pelo portal. Na matéria “Idoso suspeito de comprar menina de 10 anos 10 de abril de 2015”, de 10 de abril, o site também usa a fonte oficial para relatar a versão do suspeito.

Casca Grossa confessou tranquilamente que deu R\$ 6 mil para os pais da menina. A garota disse aos policiais que já estava com ele há oito dias e que ele já havia tentando acariciar as partes íntimas dela, contou o aspirante Cecílio Costa, do BRPM. (SELESNAFES.COM, 10/04/2015).

Caso semelhante ocorreu na matéria “‘Eu queria comprar roupas’, diz assaltante da Unimed”, de 7 de abril. Também é usada a fonte policial para dar a versão do envolvido no caso, que na referida reportagem, foi o registro da prisão de uma universitária suspeita de assaltar um hospital particular em Macapá.

Nós conseguimos informações através de uma denúncia anônima dando conta que July se encontrava na casa dos pais, onde foi buscar alguns pertences. Quando chegamos à residência ela estava terminando de guardar algumas roupas em uma sacola. Ela não resistiu à prisão e nem esboçou qualquer reação, detalhou o delegado que efetuou a prisão, Glemerson Arandes. (SELESNAFES.COM, 07/04/2015).



No site SelesNafes.Com também existe a presença da fonte oficial nos textos com uso de demais pessoas além de policiais no período de estudo das reportagens. A matéria “Psicóloga é executada a tiros”, de 5 de abril, tem a presença de três fontes. Cada uma foi utilizada para apresentar uma informação diferente do caso, e não diferentes versões do mesmo fato.

Segundo testemunhas, dois homens armados desceram de um carro e atiraram contra Patrícia. (...) De acordo com o Centro Integrado de Operações em Defesa Social (Ciodes), na sexta-feira, 3, ela foi conduzida para a Delegacia de Crimes Contra a Mulher (DCCM). (...) De acordo com familiares, o motivo foi uma briga entre Daiane Patrícia e a ex-esposa do marido da psicóloga. (SELESNAFES.COM, 05/07/2015).

Apesar de a maioria das fontes usadas pelo SelesNafes.Com ser oficial, foram identificadas três matérias sem fontes de informações. Apenas com o relato do próprio jornalista. Este caso aconteceu nas matérias “Policiais buscam drogas na Vila Miséria”, “Para fugir, suspeito arranca na moto e deixa namorada para trás” e “Cigarro provoca explosão em embarcação”.

O “perigo” das fontes oficiais

Conforme apresentação das amostras quantitativas e qualitativas de parte dos textos publicados no G1 Amapá e SelesNafes.Com, é claro o amplo domínio das fontes oficiais nas matérias de polícia em ambos os veículos. Além da facilidade de acesso às fontes policiais, de acordo como mencionado por Traquina (2005) neste trabalho, essa característica também pode ser explicada por Wolf (1999). Ele avalia ser vantajoso optar por elas por causa do material fornecido ter grande probabilidade de ser mais confiável e ter mais credibilidade, mas o autor pondera que apesar de ser considerada uma versão oficial, as mesmas informações devem ser checadas exaustivamente.

Wolf (1999), no entanto, corrobora com Traquina (2005), ao também justificar o domínio das fontes oficiais pela facilidade de acesso aos jornalistas. Ele cita Gans para explicar a tese.

Aqueles que detêm o poder econômico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativo. (GANS, apud WOLF, 1999, p. 224).

Além disso, segundo Wolf (1999), a repetição das fontes oficiais pode ser explicada também pela probabilidade de tê-las como fontes de informações em outra ocasião e pelo próprio interesse das fontes oficiais em serem usadas pelos jornalistas.

A vantagem indicada refere-se ao facto de as fontes, que, em outras ocasiões, forneceram materiais credíveis, terem boas probabilidades de continuarem a ser utilizadas, até se transformarem em fontes regulares. Do ponto de vista do



interesse da fonte em ter acesso aos jornalistas, os fatores relevantes parecem ser quatro: a. os incentivos; b. o poder da fonte; c. a sua capacidade de fornecer informações credíveis; d. a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas (WOLF, 1999, p. 99).

Lage (2002), no entanto, frisa que o jornalista acaba criando o hábito de acreditar que fontes oficiais são confiáveis, tornando a repetição delas um vício praticado nas redações. Segundo ele, a mentira resulta na ocupação estratégica nas intervenções de personalidades ou instituições, quando estão em jogo interesses particulares ou coletivos.

Luiz Costa Pereira Júnior (2006) corrobora afirmando que as fontes defendem seus interesses, quesito fundamental que o jornalista não deve esquecer ao avaliar o uso de uma fonte na produção de um conteúdo. O autor ao referir-se a Traquina (2005) comenta sobre os critérios a serem utilizados para analisar as fontes, que são a hierarquia da autoridade, a produtividade e a credibilidade.

Hierarquia da autoridade – A respeitabilidade da origem da informação é um fator de grande apelo para jornalista que preferem fazer referências a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. Quanto mais prestígio for o título ou a posição da pessoa, maior a confiança em sua autoridade. A produtividade – Fontes institucionais fornecem materiais muitas vezes suficientes para uma notícia, poupando tempo e esforço dos repórteres, que dispensam o trabalho de procurar muitas outras fontes para consolidar uma informação. A credibilidade – Entrevistados que em outras ocasiões forneceram fatos confiáveis têm maior chance de continuarem a ser acessados. (JÚNIOR, 2006, p. 81 - 82).

A utilização das fontes oficiais de forma repetitiva deixa clara a dependência do jornalista na preferência delas na produção de um conteúdo. O uso delas, entanto, pode resultar na falta da capacidade de analisar uma notícia.

É preciso muito cuidado para não cair no círculo vicioso da hierarquia rígida entre as fontes de informação, dar trela a oficialismo ou lobbies e fazer do veículo de informação uma tribuna para o jornalismo declaratório, aquele que se satisfaz com declarações de celebridade, políticos e empresário, pouco importa se sustentadas em fatos, por isso, analisar as fontes implicadas na notícia e as fontes secundárias ajuda a estruturar uma estratégia geral de abordagem do tema. (JÚNIOR, 2006, p. 82 - 83).

Para Felipe Pena (2005), cada fonte tem uma intenção ao que vai ser declarado ao jornalista. Segundo ele, “como a boa fé não é propriamente a característica mais comum de determinadas fontes, principalmente as oficiais, ainda acredito que o ceticismo é o principal elemento em nossa relação com elas” (Pena, 2005, p. 58). Júnior (2006) exemplifica como não se pode confiar somente em fontes oficiais.

É o ápice do ceticismo, que Protess aplica ao estudo de casos de pena de morte. A premissa é que as fontes oficiais (a polícia, os advogados e os tribunais, por

exemplo) são sempre suspeitas e deve-se chegar mais perto das fontes básicas (suspeitos descartados, testemunhas, o condenado). (JÚNIOR, 2006, p. 91).

Júnior (2006) reforça a tese de que o uso das fontes na editoria de polícia é considerado característico, tendo em vista que os escândalos policiais noticiados pela imprensa pode afetar a opinião pública sobre os atores envolvidos no caso. Na medida em que a polícia possui a hipótese de ter as interpretações e visões sobre os fatos, pode-se haver uma condenação ou absolvição prévia com base somente no depoimento das fontes oficiais direcionado pela imprensa ao público.

No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial. (...) a versão oficial da autoridade, cujo pensamento é o que mais corresponda ao órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela, mas a aceite e adote. (ABRAMO, 2003, p. 30).

Medina (apud Junior 2006) explica que o uso das fontes oficiais de forma única nos conteúdos é decisivo para deixar o material superficial, sem relato de cenas de quem presenciou determinado fato.

A cobertura, atrelada as declarações, perde em observação participante, instrumento decisivo para resgatar as cenas vivas. Histórias humanas que formam a rede de significações cotidiana dão lugar a conceitos e juízos de valor nas falas entre aspas – diz Cremilda Medina. (MEDINA apud JÚNIOR, 2006, p. 94).

Pena (2005) completa sobre a importância da utilização de mais pontos de vistas sobre um caso.

A fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato. Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos “óculos” de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses. (PENA, 2005, p. 57).

A forma como a fonte oficial é usada resulta até em críticas de autores sobre a forma como as notícias são apuradas. Júnior (2006) diz que passar uma informação para o leitor não é simplesmente repassar uma informação que uma fonte oficial tem a relatar para uma matéria e excluir demais pessoas que também podem ser incluídas no conteúdo.

O efeito de tais expedientes (a voz especializada, o fala povo e o jornalismo declaratório) é um engodo para o público, com as agendas e pautas controladas pelas fontes oficiais, com entrevistados manobrados ou com material jornalístico resultante de acerto entre pares (o que Medina chama de “diálogo interpares”). Todo cuidado é, portanto, pouco para não se flertar a indiferença, não fazer o jogo das fontes ou transformar a assepsia instrumental em defeito ético. Mas é, acima de tudo, o risco de desumanizar a informação, cobrir de cinza um mundo



mais rico do que a reportagem, enfim, faria supor. (JÚNIOR, 2006, p. 94 - 95).

Conclusão

Depois de analisar as matérias de maneira quantitativa e qualitativa da editoria de polícia nos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com, é possível afirmar que ambos os veículos são dependentes de fontes oficiais no relato dos fatos policiais no Estado.

O uso das aspas de fontes oficiais perante inutilização de demais pessoas sobre um fato acontece em mais de 70% dos conteúdos publicados entre 1º a 10 de abril, tornando os casos com apenas uma versão, a relatada pelas polícias, seja ela Militar, Civil ou Técnico-Científica.

Em todos os textos é citado como o fato aconteceu, onde ocorreu, quem se envolveu e a visão dos policiais nos fatos, deixando também em evidência, a falta de demais pontos de vistas e humanização de relatos de pessoas que podem ter presenciado ou se envolvido no caso, colocando até em risco os fatos colocados na matéria por causa da possibilidade de existir outras versões sobre eles.

Nas matérias em que as testemunhas são utilizadas, as pessoas são identificadas como os policiais envolvidos e as delegacias envolvidas. Assim, este trabalho acompanha a tese dos diversos autores citados neste artigo que apontam para dependência dos veículos de comunicação com as fontes oficiais e o impacto que essa predominância traz à qualidade da cobertura.

Referências

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003;
- CHALABY, Jean. **O jornalismo como invenção anglo-americana**: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano, 1830-1920. Coimbra: Mass & Media, Cap. 3, p.3-7, 2003;
- CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Nature e transformation du journalisme**: théories et recherches empiriques. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004. Cap. 5, p. 141-217;
- COMASSETO, Leandro Ramires. **As razões do título do lead**: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia. Concórdia: UnC, 2003.
- JÚNIOR, Luiz Costa Pereira. **A Apuração da Notícia** - Métodos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes, 2006;
- LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002;
- PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005;



PEUCER, Tobias. **Os relatos jornalísticos**. Tradução de Paulo da Rocha Dias. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.13-29, 2. sem. 2004;

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005;

SCHMITZ, Aldo Antonio **Fontes de notícias** : ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011

SOUSA, Maíra. **Reconfigurações do jornalismo**: das páginas impressas para as telas de smartphones e tablets. 2014. Disponível em <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/download/3709/730>, 2014. Acesso em 16 de abril de 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Vol. II** - A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005;

VEIGA, Isabela R. **A cobertura jornalística das operações da Polícia Federal**: um olhar sobre a história do jornalismo e a notícia como construção social. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.

WOLF, Mauro. - **Teorias da comunicação - Mass media**: contextos e paradigmas - Novas tendências - Efeitos a longo prazo. O newsmaking. 5ª ed. Lisboa: Presença, 1999.